

# TERRORISMO E VIOLÊNCIA: segurança do Estado, direitos e liberdades individuais\*

Nilson Naves

---

## RESUMO

Comenta a respeito do pânico gerado pela tragicidade das imagens veiculadas por ocasião da implosão das torres gêmeas do *World Trade Center*, provocada propositadamente pelo choque de dois aviões, o que resultou na morte de milhares de trabalhadores em Nova Iorque.

Salienta que a violência sempre permeou os períodos históricos da humanidade, todavia, nos séculos XX e XXI, os atos violentos e terroristas chegaram ao seu apogeu, tendo em vista a avançada tecnologia utilizada na fabricação de armas cada vez mais letais aos seres humanos.

Enfatiza a importância de se preservar a soberania do Estado com vistas a salvaguardar, por meio de instrumentos legítimos, a integridade dos indivíduos consubstanciada no respeito e na manutenção da incolumidade dos direitos basilares assegurados juridicamente, tais como o direito à vida e à liberdade, entre outros.

Ao final, reconhece a relevância e a complexidade do tema na agenda nacional e internacional, oportunidade em que manifesta a necessidade de se promoverem discussões sobre o terrorismo, a fim de estruturar o Estado no sentido de impedir e rechaçar a prática da violência ou de quaisquer atos denominados "terroristas".

## PALAVRAS-CHAVE

Terrorismo; violência; *World Trade Center*; direitos individuais.

---

\* Conferência de abertura proferida no Seminário Internacional "Terrorismo e violência: segurança do Estado, direitos e liberdades individuais", realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, nos dias 27 e 28 de maio de 2002, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília-DF.

Proporcionado pelos meios de comunicação que interligam o mundo em tempo real, todas as nações tiveram a oportunidade de participar do horror do choque de dois aviões contra as torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova Iorque, com a conseqüente implosão daqueles edifícios. Muito mais que a visão apocalíptica da destruição do patrimônio, estarrecer-nos assistir à morte de milhares de trabalhadores em poucos minutos. Recentemente circulou no mundo a imagem de um jovem palestino transformado em bomba sendo desarmado por um robô. Sua disposição ao sacrifício, fracassada perante a máquina, suscita elementos de reflexão importantes. Tais imagens – cito duas entre centenas de outras – justificam afirmar que assunto de extrema gravidade nos reúne nesta oportunidade: os atos terroristas e violentos que fragilizam a segurança dos Estados e põem em xeque os direitos e as liberdades individuais – conquistas recentes na história da humanidade.

Para introduzir a discussão acerca do tema, considere-se a questão da violência. Lançando mão de um conceito apresentado por Christian Debuyst<sup>1</sup>, violência é a (...) *utilização voluntária da força para agredir uma pessoa ou ameaçá-la, desafiando a lei e o Direito*. Pressupostos relevantes estão inseridos nessa definição: o caráter voluntário impõe haja um ato de escolha pelo emprego da força em detrimento da forma de se obter um resultado com respeito às regras de convívio social. Como a capacidade de raciocínio permite ao homem julgar o que faz com base nos seus fins ou nos meios empregados para atingi-los, optar pela força ou pela ameaça do seu uso como meio de atingir uma finalidade significa renunciar à condição de ser racional. Daí decorre a impossibilidade de se admitirem os métodos violentos quando se quer resolver qualquer problema.

Contudo, embora repugne à inteligência a violência, cumpre

observar que, assumindo formas variadas, ela sempre esteve presente entre as pessoas e os povos. Abra-se qualquer página da História e os atos violentos sucedem-se com implacável regularidade. Do Abel da Bíblia ao Martin Luther King, dos direitos civis, do belicoso César ao pacifista Gandhi, do Coliseu romano aos navios negreiros, a violência, que ignora a lei e os direitos à vida, tem alcançado todos os períodos históricos e todos os territórios. Nenhuma outra época, todavia, conseguiu atingir paroxismo equivalente ao dos séculos XX e XXI, em que apenas um ato de violência consegue eliminar centenas de milhares de vidas em segundos.

O filósofo Isaiah Berlin, tendo vivido a maior parte do século passado, afirma sobre ele: *Lembro-o apenas como o século mais terrível da história*. Duas guerras mundiais, crises econômicas, guerras separatistas e étnicas, os anos da guerra fria, os fascismos, bem como o terrorismo dão causa mais que justa a essa afirmação. Em *A Era dos Extremos*, o historiador Eric Hobsbawm mostra que (...) *entre 1970 e 1991 dá-se o "desmoronamento" final, em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo, dando lugar à brutalização da política e à irresponsabilidade teórica da ortodoxia econômica*<sup>2</sup>.

Sem sombra de dúvida, os avanços tecnológicos que tornam possível a fabricação de armas cada vez mais letais e de maior alcance e o desenvolvimento de armas com agentes biológicos ou químicos são fatores relevantes quando se quer analisar a face aterradora da violência nestes tempos. E, se algumas pessoas, grupos, empresas ou governos estão enfeixando nas mãos tal poder de destruição, é urgente que os cidadãos e os próprios governos estejam vigilantes em relação não apenas à existência desses agentes de destruição, mas também quanto aos fins para os quais podem ser ou serão usados.

Têm-se tornado emblemáticos nesse sentido os atos de violência perpetrados por "grupos terroristas", denominação que inclui um conjunto de pessoas que, ao revés da lei e do Direito, dispõem-se a provocar um clima de instabilidade e terror no meio social por intermédio de ações violentas pelas quais visam à morte de alguns e à destruição de patrimônio, ignorando qualquer consideração de ordem ética.

Discutir esse fenômeno e suas implicações é justamente a tarefa dos doutos conferencistas convidados. A nós, preocupa-nos o desiderato daqueles que praticam ações terroristas e a razão por que escolhem o caminho do aniquilamento. Com relação aos objetivos, adiante-se que pretendem eles, pela intimidação, alterar, no todo ou em parte, a ordem política vigente. Citem-se, nesse caso, associações de indivíduos dispostos à prática de quaisquer atos criminosos, inclusive com o sacrifício da própria vida. Não se pode, ainda, ignorar que a intimidação pela violência e ameaça já serviu também (e talvez ainda sirva) para a manutenção da mesma ordem política. Vários Estados recorreram, com igual desprezo aos direitos humanos fundamentais e idêntico emprego da violência física e psicológica, a métodos terroristas.

As atividades terroristas tomam formas diversas quanto ao tipo de arma utilizada para infundir o pânico e a insegurança, sejam bombas, aviões seqüestrados, vírus letais. Os jornais brasileiros noticiaram, recentemente, uma nova faceta de ameaça terrorista: a que utiliza o capital como arma. Em abril, o *Jornal do Brasil* informou que (...) *relatórios dos bancos de investimentos estrangeiros (...) desaconselharam negócios com papéis brasileiros com base na perspectiva de vitória do candidato petista à Presidência*. Eis aí a novidade: o pânico instalado por intermédio da ameaça de fuga de capital no mercado para reverter tendência eleitoral considerada adversa. Não pretendo

discutir o processo eleitoral neste momento; juridicamente, faltaria-me mesmo competência para fazê-lo, porém ressalto que tal atitude é incompatível com o princípio da soberania das nações. É preciso rechaçar práticas de intimidação, venham de onde vierem. Mais ainda quando declaradamente visam ao lucro de poucos e pretendem atropelar a legítima expressão da vontade dos cidadãos.

A violência usa instrumentos diversos de coerção, mas todos têm, na base, o mesmo desprezo aos meios legítimos de promover a mudança ou a manutenção da conjuntura sociopolítica. Em lúcida observação, Luigi Bonanate, professor da Universidade de Turim, afirma que a luta política recorre ao terrorismo (...) *quando o diálogo político é ou parece impossível: diante de duas partes que não se comunicam ou que se recusam a reconhecer-se como interlocutores, parece não haver outra solução além do choque produzido por uma ação terrorista*<sup>3</sup>.

Causa, entre outras, da escalada terrorista que tomou o planeta, essa impossibilidade de diálogo entre grupos que se distinguem por diferenças ideológicas, religiosas, étnicas, políticas, econômicas tem-se mostrado desastrosa, sob todos os aspectos, para os povos. Se, para garantir o reconhecimento de direitos, trilhar-se o caminho da tirania, da morte de inocentes, da destruição de patrimônios, da execução sumária de opositores, da difusão da insegurança, estarão sendo negados os princípios basilares da sociedade organizada em um Estado de Direito, fundamentado este que é na pressuposição de que o convívio entre os cidadãos deve reger-se por normas que a todos obrigam, por leis sobre as quais se assenta a ordem pública.

E se o terrorismo age ignorando tais regras – lesionando bens inalienáveis protegidos juridicamente, como a vida e a liberdade, entre outros, com ataques cruéis a cidadãos desar-

As imagens de crianças  
mutiladas, feridas, mortas,  
e da dor estampada no  
rosto dos que sobrevivem  
preparam o terreno  
propício ao florescimento  
da idéia de que a  
suspensão de direitos  
facilitaria a punição  
dos culpados.

(...) A História (...)  
é pródiga em demonstrar  
que ambientes desprovidos  
do reconhecimento das  
garantias individuais têm  
sido campo fértil para o  
terror do Estado, com  
seqüelas que se estendem  
por gerações.



mados e desavisados –, então ele está atacando o próprio fundamento desse Estado. Isso é inadmissível. Urge que o Estado de Direito tenha condições de se proteger e de defender a cada cidadão. A esta altura do desenvolvimento sociopolítico dos povos, só há uma maneira legítima de dar segurança aos governos e aos indivíduos: o caminho da lei. Qualquer possibilidade diferente dessa significaria utilizar a mesma violência que se quer eliminar, um contra-senso a ser evitado.

Quero enfatizar que somente o primado da ordem legal, constitucional, pode fornecer meios legítimos para a defesa da integridade dos indivíduos e dos estados. Emerge dessa afirmativa uma questão importante: em face do horror e da impotência provocados pela seqüência de mortes,

mutilações, destruições, parece criar-se um ambiente propício para que as pessoas apoiem uma legislação mais severa e sumária, mesmo que isso signifique suspender certos direitos arduamente conquistados. As imagens de crianças mutiladas, feridas, mortas, e da dor estampada no rosto dos que sobrevivem preparam o terreno propício ao florescimento da idéia de que a suspensão de direitos facilitaria a punição dos culpados.

Afigura-se-me uma ilusão, às vezes alimentada por oportunistas, a crença de que a previsão de punições mais severas – a pena de morte, por exemplo – ou a suspensão de direitos solucionariam o problema. A História, no entanto, é pródiga em demonstrar que ambientes desprovidos do reconhecimento das garantias individuais têm sido campo fértil para o terror do Estado, com seqüelas que se estendem por gerações.

Hoje, quando a ordem social se instala com base no Estado de Direito, é intolerável a atitude do Estado que pretenda sobrepor-se aos direitos individuais, aos quais, inclusive, compete-lhe com firmeza proteger.

Naturalmente, há de se dotar o Estado de instrumentos normativos para sua defesa, sem, no entanto, causar dano às garantias individuais.

Cabe à sociedade definir em que medida pode a lei, na defesa da segurança estatal, suspender o direito dos cidadãos sem que isso se torne uma ameaça à defesa do próprio cidadão. Felizmente, quer-nos parecer, essa tem sido a tônica seguida pelos governos de modo geral.

A Constituição brasileira, por exemplo, prevê que, em caso de período de suspensão de garantias – estado de sítio –, o decreto que o instaurar deve especificar quais garantias serão suspensas e por quanto tempo.

Ainda demonstrando a busca do equilíbrio entre a defesa do Estado e o direito dos indivíduos, já tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei que

traz importante inovação: a previsão dos crimes contra a cidadania, com a qual se procura coibir o abuso de poder por parte do Estado e o abuso de direito por parte de particulares. Ademais, o mesmo projeto, em termos penais, deverá melhor tipificar o crime de terrorismo. Em dois momentos, já a Constituição brasileira alude ao terrorismo: num, ao repudiá-lo, na expressa relação dos princípios com os quais a nossa República Federativa se rege nas suas relações internacionais (art. 4º, VIII); noutro, ao tê-lo, também expressamente, entre crimes que a lei há de considerar inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia (art. 5º, XLIII), sem falar da ação de grupos armados – ato reputado crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLIV).

Outra boa notícia, além das nossas fronteiras, foi a aprovação do Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Diferentemente da Corte Internacional de Justiça, que julga atos e responsabilidades dos Estados, o novo órgão judicial tem poderes para exercer jurisdição criminal *ratione personae*, como, por exemplo, sobre indivíduos responsáveis por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Francisco Rezek, em entrevista ao *Correio Braziliense*, declarou considerar o novo Tribunal (...) *um poderoso elemento para dissuadir comportamentos autoritários e violações aos direitos humanos*<sup>4</sup>; lamentou, entretanto, que comece a vigorar com sessenta ratificações apenas – 130 países ainda não o fizeram –, pois, segundo ele, (...) *a falta de adesão universal é um elemento limitador à atuação do Tribunal*. Tem toda razão o respeitado juiz: se um país não ratifica o tratado, seus cidadãos não estarão submetidos à jurisdição do Tribunal, nem precisarão colaborar com ele. Nesta oportunidade, caberá indagar-se: se ao indivíduo não compete escolher entre obedecer ou não às leis da sua pátria, podem os Estados recusar-se à submissão às leis internacionais?

O tema é árduo, delicado, complexo; tem de ser enfrentado com firmeza e sabedoria. Tive a intenção de abordar alguns aspectos relevantes dos que serão esmiuçados pelos ilustres estudiosos que nos honram com as suas presenças. Promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, com o apoio do Superior Tribunal de Justiça, imbuídos ambos da importância do tema na agenda nacional e internacional, estou certo de que este seminário muito contribuirá para que o País esteja preparado para evitar e enfrentar, se preciso, a prática terrorista.

#### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 DEBUYST, Christian.
- 2 HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- 3 BONANATE, Luigi in SEREZA, Haroldo Ceravolo. Um antídoto possível contra o terrorismo. *O Estado de S. Paulo*, 31 mar. 2002.
- 4 REZEK, Francisco. Entrevista. *Correio Braziliense*, 12 abr. 2002.

#### ABSTRACT

The author comments about the panic which was generated by the tragedy of the images transmitted during the implosion of the World Trade Center twin towers, intentionally provoked by the crash of two airplanes, which resulted in the death of thousands of workers in New York.

He points out that violence has always permeated the humanity's historical periods; though, in the 20<sup>th</sup> and 21<sup>st</sup> centuries, the violent and terrorist acts reached their acme, due to the high technology used in the production of more and more lethal weapons to the human beings.

He further emphasizes the importance of preserving the State sovereignty in order to safeguard, through legitimate instruments, the individuals' integrity based on the respect and the maintenance of the safety and intactness of the fundamental rights assured juridically, such as the right to life and freedom, among others.

At the end, he acknowledges the relevance and the complexity of the theme in the national and international agenda, when he declares the need of promoting debates about terrorism, in order to structure the State for preventing and rejecting the practice of violence as well as any acts denominated "terrorists".

KEYWORDS – Terrorism; violence; World Trade Center; individual rights.

Nilson Naves é Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.